

Um editorial com H

J.A. Azeredo Lopes

Creio que os leitores concordarão que em “O Tripeiro” se escreve em geral bem ou até muito bem. Esta é uma tradição honrosa mas que, por outro lado, também obriga. Infelizmente, a regra do bem escrever nem sempre é cumprida e posso até garantir que, muito recentemente, foi gravemente infringida.

Realmente, quem teve a paciência de ler o último editorial de “O Tripeiro” arcou da mesma forma com o desagradável privilégio de verificar que, numa determinada frase, o verbo haver foi amputado e ficou manco do h. Fui avisado, para minha desgraça depois de aquele despautério ter sido dado à estampa. E fui advertido com a promessa simultânea de que iria ser sujeito a chacota durante pelo menos um ano. Não acreditei ou, talvez melhor, não quis acreditar. Fui verificar o texto que tinha enviado. E lá estava. Ou melhor, não estava, o malfadado h. Podia, agora, invocar mil razões. Só que não encontro uma qualquer particular razão ou causa desculpante que consiga invocar em minha defesa. A não ser, porventura, a de que alucinei por um instante, aquele terrível instante em que assassinei o verbo haver. E, por isso, peço clemência.

E, neste número de “O Tripeiro”? Bom, deixem-me que lhes diga o quanto gostei de ler o Arquitecto Ricardo Silva a falar-nos da história velhíssima (e documentada) daquele que é hoje o Campo 24 de Agosto. No tempo de Fernão Lopes (sim, aquele que nos fez companhia no Liceu com a sua Crónica de D. João I), era Chafariz, e de Mijavelhas. Foi há mais de 600 anos. E há 600 anos se tomou Ceuta, pelo que Luís Cabral, para nossa vantagem, foi-se às Crónicas da Tomada de Ceuta, de Gomes Eanes de Zurara, e delas extraiu o sumo que, por exemplo, reconhece o gigantesco protagonismo do “nosso” Infante D. Henrique.

Enfim, deixem-me que lhes diga porque se fala e principalmente se mostra o Castelo do Queijo neste número de “O Tripeiro”. Porque, verdadeiramente, a ideia de o alienar é esdrúxula – e sou suave na expressão. Porque, veja-se lá, foi o erário municipal que o pagou (as tais linhas constantes da história). E, finalmente, porque estou certo de que o Castelo do Queijo nunca sairá da esfera pública e, melhor ainda, será finalmente da esfera da Cidade. E só.

Edifícios, sítios e monumentos: a história de uma cidade que tem o reconhecimento da contemporaneidade

Porto, obra de arte viva e habitada

Para quem a visita, o Porto é hoje uma cidade profundamente cénica que beneficia do casario agarrado, em cascata, às colinas graníticas que caem sobre o rio. Beneficia também dos efeitos de luz quando o comparamos a Lisboa. O Porto é hoje uma das poucas cidades europeias que conserva as suas estruturas portuárias medievais. E não temos dúvidas de que o Porto é uma cidade que nasce do rio. Este é o Porto, uma cidade elevada, costeira, atlântica e de vocação comercial. Falemos dele, começando por definir o conceito de património...

Fátima Sales e Assunção Lemos*

O presente histórico exclui a possibilidade de que exista uma única e definitiva interpretação dos factos passados e presentes. Ao olharmos para a história a partir do presente histórico, cada um de nós é capaz de explorar o passado e o presente, e a partir deles formular a nossa própria visão. Isso significa que a história se encontra aberta para cada um de nós, tornando-nos plenamente ativos na construção da nossa própria história. Tanto na escrita como na prática.

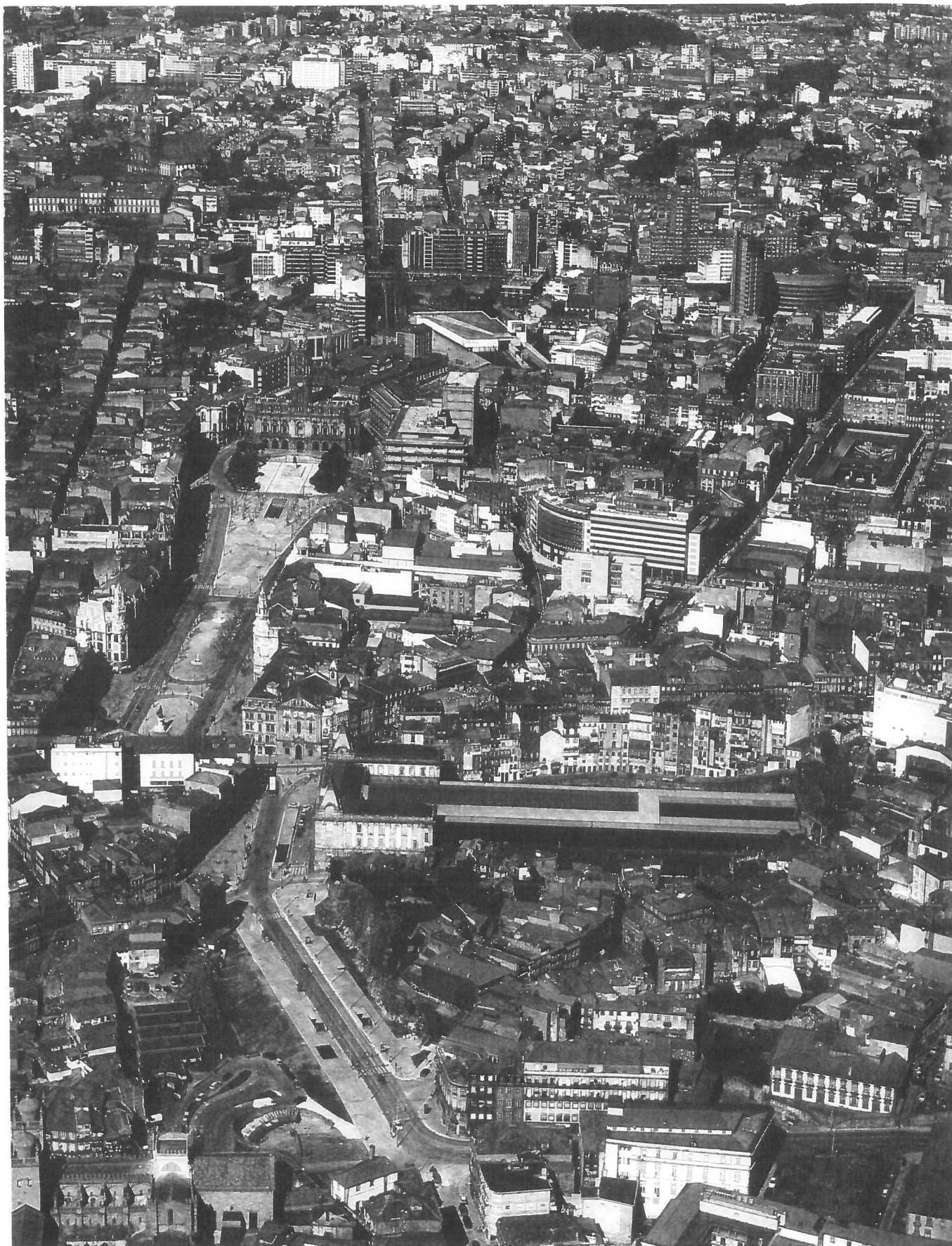
O tema do património cultural remete para uma consciência coletiva de apropriação do passado pelo presente. A preservação dos bens culturais relaciona-se com um reconhecimento de valor que condiciona e legitima a ação de conservação. Património é então tudo aquilo que tem valor cultural, com significado artístico, histórico, arqueológico e documental e que pode apresentar uma natureza móvel ou imóvel, material ou intangível. De todas as obras construídas, destacamos as que para nós possuem esse valor e que, consequentemente, queremos lembrar, manter e transmitir às próximas gerações. A ação de preservação implica então, também e necessariamente, uma ideia de transmissão para o futuro.

Temos olhado para o património histórico de diferentes maneiras. A noção de património histórico surge num tempo relativamente recente, sensivelmente a partir de meados do século XIX, facto que vai conduzir a uma série de ações sistemáticas de salvaguarda, proteção e conservação. As mais pioneiras surgem em Inglaterra, associadas a organizações voluntárias, ainda sem a participação do Estado e sem legislação própria e adequada, e que visavam com a sua ação

proteger os edifícios antigos considerados marcos extraordinários na história da humanidade. Fazem-se campanhas e inicia-se o processo de consultadoria, de levantamento e registo sistemático dos edifícios ameaçados ou em risco. Surgem as primeiras publicações e defende-se que a melhor forma de preservar os edifícios é através da conservação e não do restauro. Ideia que em termos gerais prevalece até hoje. Inglaterra coloca-se ainda como país guia quando estende a noção de património à paisagem natural. A Proteção Legal será também uma consequência deste tipo de ações. Em Portugal criam-se as bases para o Sistema Português de Proteção e Salvaguarda do Património Histórico em 1721, por alvará régio, de D. João V, atribuindo à Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular a função de conservação dos monumentos antigos. Portugal antecipa-se no tempo se considerarmos que só a partir de 1834 (ano em que a Grécia aprova a lei que protege os seus monumentos antigos), a Proteção Legal começa a surgir noutros países europeus, por exemplo na já referida Inglaterra, também na Dinamarca, na Holanda, na Suécia, na Itália, na Alemanha e na França. Mas o conceito começa a generalizar-se sobretudo a partir da II Guerra Mundial, tornando-se sinónimo de Identidade Nacional. A magnitude da destruição impõe uma reformulação da teoria e respetiva prática de conservação e restauro dos edifícios. Reavaliam-se conceitos, critérios, métodos e a perda de referências insubstituíveis conduz a uma maior valorização de aspetos simbólicos e afetivos.

O conceito de património torna-se mais abrangente e passa a





integrar não apenas os edifícios, a igreja, o palácio, mas também os conjuntos urbanos, o largo, a rua, o jardim municipal, e também os conjuntos rurais, assim como as mais recentes estações de caminho-de-ferro ou mercados. Também a mais modesta arquitetura vernacular e o conjunto construído passa a ser entendido nas suas relações com os espaços abertos e a paisagem natural. Uma visão que altera a relação entre o que consideramos bem cultural e o espaço ou ambiente em que o mesmo se situa e insere. Estabelece-se um vínculo indissociável entre ambos. Desloca-se o foco do monumento considerado isoladamente para o conjunto urbano ou sítio histórico. Consideram-se também os espaços entre as construções, assim como os traçados urbanos.

As Cartas Patrimoniais Internacionais vão ter um papel fundamental, sobretudo no que respeita à colaboração internacional na salvaguarda de estruturas históricas importantes e à necessidade de se estabelecerem princípios orientadores comuns, contudo adaptados às realidades locais. Bem como no que respeita à legislação, já que uma das questões mais controversas corresponde precisamente à conciliação dos interesses públicos e privados. É inevitável referir dois documentos no que diz respeito aos aspetos legais, princípios orientadores e aspetos técnico-construtivos: a Carta de Restauro de Atenas (1931), elaborada no I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que constituiu o primeiro documento internacional sobre os temas do património e restauro e que reuniu deliberações consensuais entre os vários países e a Carta de Veneza (1964), que claramente expressa e sintetiza as novas orientações; as que resultaram da reflexão que se fez no âmbito da II Guerra Mundial. A Carta de Veneza foi fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos realizado, como se depreende, em Veneza. Esta carta é ainda hoje o documento-base do ICOMOS (Conselho Internacional dos Sítios e Monumentos), órgão consultor que colabora com a UNESCO e que surge logo no ano de 1965 como resultado direto da Carta de Veneza.

Também o termo monumento ganha mais do que um sentido. Tanto pode indiciar a construção como a memória de um passado. Todo o monumento é, como diz E. N. Rogers, “memento”, ou seja, todo o monumento é recordatório. Todo o monumento é também simbólico. É através dos símbolos que nos identificamos coletivamente. Os símbolos são referências mitológicas fundacionais. Os mitos congregam, são referências comuns, têm o poder de unir, evitam a segregação, contendo assim um papel social fundamental. Devemos a Hegel a fundamentação da essência simbólica da arquitetura. E é determinante percebermos que o que o símbolo simboliza não está no próprio símbolo, remete sempre para uma ideia, para um valor que se associa. Remete sempre para crenças, hábitos, modos de vida, ilusões, esperanças, propósitos. Os monumentos estão em pé pelo que significam, não por questões funcionais de uso.

Aldo Rossi identifica o monumento sobre a trama da cidade e como sinal de identidade. Trama e monumento são a arquitetura estável da cidade. Entre ambos existe uma relação dialética, os monumentos assinalam os nós e os vértices da trama, a qual se articula e orienta em virtude deles. Os monumentos são figuras na cidade, e enquanto figuras prestam à cidade um semblante visível. A trama constitui um

forma de ser, de permanência, remete para o intemporal, o que pode ser reflexo de uma vontade de imortalidade inerente à condição humana.

Do período romano ao século XX

Para quem a visita, o Porto é hoje uma cidade profundamente cénica que beneficia do casario agarrado, em cascata, às colinas graníticas que caem sobre o rio. Beneficia também dos efeitos de luz quando o comparamos com Lisboa. O Porto é hoje uma das poucas cidades europeias que conserva as suas estruturas portuárias medievais. E não temos dúvidas de que o Porto é uma cidade que nasce do rio. O Douro é um dos grandes rios ibéricos, uma via de comunicação, de transporte de mercadorias e de pessoas entre o interior de Portugal e o Oceano Atlântico. O rio – “corredor de povos e de culturas” – coloca-se como o primeiro grande eixo estruturador deste território. O rio é gerador da vida e da história sociais. Mas o rio é também o elemento unificador com a outra margem através das suas pontes.

Quatro áreas a destacar: a cidade alta (a colina da Sé); a cidade baixa (as margens do Douro); a cidade dos ofícios (a colina da Vitória); o coração da cidade (o centro administrativo), no sítio que hoje chamamos Baixa. Áreas que marcaram a fisionomia e claramente expressam as vocações (que ainda chegam até nós) desta cidade. Áreas que lhe moldaram a identidade. O Porto é uma cidade elevada, costeira, atlântica e de vocação comercial.

Cinco períodos de ocupação a destacar:

1. O período romano. Neste período, o Porto é sobretudo um lugar de passagem, concretamente um importante ponto de passagem dentro do sistema viário romano. Tal facto deve-se às excelentes condições de defesa da colina granítica onde hoje se situa a Sé e que apresenta marcas de fixação desde a Proto-História, período de transição em que o homem já evidenciava domínio dos metais. A CALE e, ligado ao rio, o PORTUS, apresentam também vestígios de atividade neste período.

As estruturas arquitetónicas deste período que se destacam têm hoje expressão em alguns restos, achados, vestígios arqueológicos.

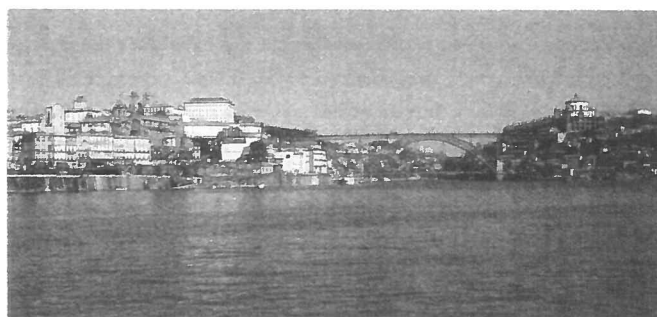
2. O período medieval. Sobretudo durante a reconquista cristã e da formação do reino de Portugal, o Porto consolida a sua condição de lugar de passagem e torna-se ponto de relação/articulação do território entre o Interior e o Litoral, entre o Norte e o Sul. A partir do século XII, os mercadores portuenses intensificam o comércio de diferentes produtos com as cidades europeias, sobretudo sal e vinho, o que conduz ao crescimento da cidade. O Porto torna-se o principal centro económico da região. No século XIV, o Porto – já rodeado de muralhas – será protegido por uma nova muralha ou cerca e é já uma cidade burguesa e mercantil, associando-se-lhe a palavra burgo. É neste período que se distinguem claramente duas áreas quanto à estrutura urbana, à composição social e à tutela: a cidade alta, do bispo (na colina da Sé), e a cidade baixa (da burguesia): os bairros da Ribeira e Miragaia.

As estruturas arquitetónicas que se destacam neste período são de cariz religioso, militar e civil:

Inicia-se no século XVIII um grande ciclo de transformações. Será neste período que surgem as grandes estruturas monumentais da cidade. É o período do barroco com a construção da Torre e da Igreja dos Clérigos, assim como do Paço Episcopal, ambas obras de Nicolau Nasoni. Um período que será seguido pelo neo-palladianismo com a construção da Feitoria Inglesa, de John Withehead, e do Hospital de Santo António, de John Carr. É ainda neste período que arranca a Praça da Ribeira, de João de Almada e Melo, e que se constroem os Grandes Armazéns (Caves) do Vinho do Porto na margem sul do rio Douro.



"Aspeto geral do morro da Sé antes das demolições de 1940" / (Fotografia de Domingos Alvão. In BOTELHO, Maria Leonor. A SÉ DO PORTO NO SÉCULO XX. Lisboa: Liv. Horizonte, p.179.)



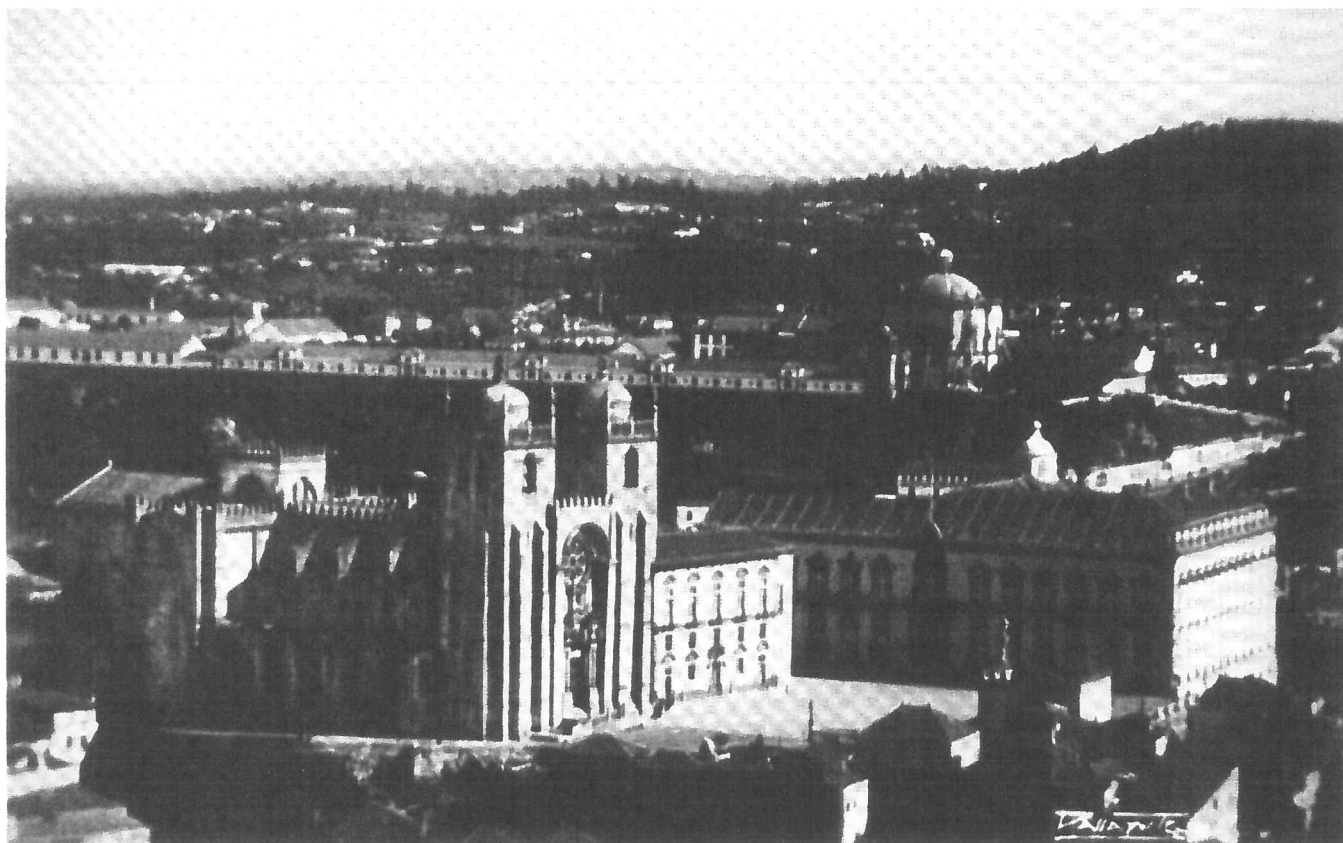
"Vale do Douro – vista do Candal para a Sé e Serra do Pilar" / (Fotografia de Luís Almeida, In RAMOS, Luís A. Oliveira, dir. HISTÓRIA DO PORTO. Maia: Porto Editora, 1995, p. 52.)

da fachada principal; no século XVI com o fecho do zimbório e do cruzeiro; no século XVIII com a introdução de azulejos figurativos barrocos e da lógica barroca de Nicolau Nasoni; o Mosteiro de S. Domingos, que desaparece no século XIX; o Mosteiro de S. Francisco, começado a construir em 1233 – porém, a Igreja iniciada em 1383 e concluída em 1410 afirma-se como o principal edifício gótico do Porto, apresentando uma estrutura espacial que segue os modelos das ordens mendicantes, uma cabeceira tripartida reforçada por contrafortes, composta por uma capela maior e dois absidiolos, que sofre alterações no séculos XVII e XVIII, sobretudo no seu interior, cuja "gruta dourada" expressa uma das intervenções mais representativas das artes decorativas na construção do espaço barroco.

b) Cariz militar – As muralhas com as suas portas e torres

c) Cariz civil – A primeira Alfândega do Porto (1325-54) erigida por iniciativa régia, que foi Casa da Moeda no século XIV, identificada como Casa do Infante e hoje Arquivo Histórico da Cidade, que no Porto medieval se afirma como o principal edifício público e civil.

3. O século XVIII. Inicia-se neste século um grande ciclo de transformações. Será neste período que surgem as grandes estruturas monumentais da cidade. É o período do barroco (com a construção da Torre e da Igreja dos Clérigos, assim como do Paço Episcopal, ambas de Nicolau Nasoni; com as grandes transformações feitas em edifícios pré-existentes: Sé, Convento de S. Francisco, Colégio e



"Morro da Sé visto da zona da Vitória" / (Fotografia de José Ferrão Afonso. In REAL, Manuel Luís e BRAGA, Maria Helena Gil, coord. A PONTE E A AVENIDA – CONTRADIÇÕES URBANÍSTICAS NO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 66.)

1709, arquitetura com inspiração nos modelos jesuítcos ou na arte da Contra-Reforma, apresentando um interior de grande exuberância decorativa de influências flamengas e sendo, o Colégio, adquirido em 1780 pelos Monges descalços de Santo Agostinho originários da lisboeta calçada dos Grilos, que será ocupado, no tempo da Revolução Liberal, para instalação das tropas de D. Pedro V). O barroco será seguido pelo neo-palladianismo (com a construção da Feitoria Inglesa, de John Withehead, e do Hospital de Santo António, de John Carr). É ainda neste período que arranca a Praça da Ribeira, de João de Almada e Melo, e que se constroem os Grandes Armazéns (Caves) do Vinho do Porto na margem sul do rio Douro.

Aspetos a destacar: organização do Comércio do Vinho do Porto pelos ingleses, que tem como consequências o aumento de produção, e a regulamentação da produção do vinho do Porto (facto que contribuirá para a sua qualidade), publicando-se em 1756 o Édito Real que lança as bases para a criação da mais antiga região vinícola demarcada do mundo.

4. O século XIX. Este é o século da industrialização, que veio acompanhada de uma clara modernidade artística e cultural, que se potenciará no século XX.

Aspetos a destacar: chegada do caminho-de-ferro, criando-se assim as necessárias condições de acessibilidade; as pontes de ferro tornaram possível uma ligação rápida e segura entre as margens do rio e deram resposta a uma velha aspiração da cidade, que tal como

demonstrava que estava a par do que lá fora se fazia, afirmando-se definitivamente como uma cidade progressista e internacional.

As estruturas arquitetónicas que se destacam neste período são de cariz funcional (o projeto para a Ponte de Pedra, em 1802, de Carlos Cruz Amarante, que por questões técnicas não será construída, sendo substituída pela Ponte das Barcas; a construção da Ponte Pênsil, em 1843, considerada "um prodígio da engenharia", de Stanislas Bigot; a Ponte de D. Maria Pia, em 1877, de Gustave Eiffel; a Ponte de D. Luís, em 1886, de Eiffel e Seyring; o Mercado Ferreira Borges, em 1882, de João Carlos Machado) e comercial (a construção da Alfândega Nova, em 1859, e do Palácio da Bolsa ou Palácio da Associação Comercial do Porto, em 1842).

Surgirão novos espaços de consumo e socialização: cafés, livrarias, museus, lojas e grandes armazéns, que interpretam os modelos construtivos e decorativos da "Art Nouveau", dos Revivalismos e do Cosmopolitismo Internacional.

5. O século XX. A cidade aumenta o território, a povoação, a superfície edificada (através de novos bairros), também as infraestruturas e as vivências. Reforça as suas funções de centralidade administrativa e económica no âmbito metropolitano. Hoje o Porto apresenta uma povoação de 216.000 residentes, sendo o centro de uma área metropolitana com 1.570.000 habitantes.

O Porto contemporâneo



"Perspetiva aérea com a Alfândega Nova e o Centro Histórico do Porto" / (Fotografia de Filipe Jorge. In JORGE, Filipe, coord. PORTUGAL VISTO DO CÉU. Lisboa: Argumentum, p.40).

cultural, no qual encontramos todas as categorias e todas as épocas. E, a par do seu património histórico, artístico, arquitetónico e urbano, encontramos também uma relevante criação contemporânea que se manifesta nos museus, no teatro, nos festivais, nas festas tradicionais. O Porto conjuga tradição e inovação de forma criativa. A cidade é o conjunto de tudo isto: herança histórica, vivências e novas práticas culturais.

Em 1996, a UNESCO, reconheceu a qualidade e o valor desta articulação, assim como a riqueza e diversidade do seu património cultural e eleva o Porto, no seu miolo, a Património da Humanidade;

O cunho de valor universal ficou a dever-se sobretudo ao carácter excecional do tecido urbano do seu centro histórico (testemunho de um desenvolvimento multiseccular). A riqueza e variedade do traçado urbano e da sua arquitetura expressam valores culturais acumulados ao longo das diferentes épocas e refletem, por outro lado, uma perfeita relação entre a organização social, a economia, a geografia da cidade. Note-se que se trata de fatores que mantêm uma relação estável e coerente ao longo dos tempos, o mesmo acontecendo entre o ambiente urbano e o ambiente natural. No fundo, o Porto é em si, enquanto cidade, uma obra de arte e um dos aspetos mais importantes é a relação com o rio Douro e a configuração panorâmica do conjunto. Portanto, uma obra de arte que tirou partido da complexidade topográfica. O Porto apresenta uma variedade de formas materiais e de expressões humanas. Contudo, o conjunto classificado conserva uma unidade estética visual que traduz a permanente interação da

obra de arte única, viva e habitada. Património material e património intangível, compõem uma obra coletiva que resultou das sucessivas contribuições e que fazem parte da cultura contemporânea. A história do Porto não foi negada mas aceite pelos seus contemporâneos, que se identificam com ela. A história do Porto tem o reconhecimento da contemporaneidade. ■

*Fátima Sales é Doutora em Arquitetura ETSA-UValladolid, Professora Auxiliar na ESAP e Investigadora Integrada do CEAA/FCT. Assunção Lemos é Doutora em Ciências da Arte FBAUP, Professora Auxiliar na FAA da ULVNFamalicão e membro do CITAD/FCT.

NOTA DO EDITOR

Texto produzido no âmbito do 1º Curso Livre de Estudos do Porto, coordenado por Fátima Sales, Michele Cannatà, José Rio Fernandes, Jorge Patrício Martins, José Patrício Martins e Jorge Ricardo Pinto. O Curso Livre de Estudos do Porto contou com o apoio da Associação Comercial do Porto e decorreu no Palácio da Bolsa.

Para a elaboração do presente texto foram utilizados os seguintes recursos bibliográficos:

- AUDRERIE, Dominique. La notion et la protection du Patrimoine. Paris: PUF. 1997.
- AUDRERIE, Dominique et al. Le patrimoine mondial. Paris. Puf. 1998.
- BABELON, J. P. e CHASTEL, A. La notion de patrimoine. France: Liana Levi. 2000.
- LOPES, Flávio. Zonas de Proteção ao Património Arquitetónico. Para que servem? • Portugal: Caleidescópio. 2013.
- LOPES, Flávio. Património Arquitetónico e Arqueológico. Noção e normas de proteção. Portugal: Caleidescópio. 2012.